

# ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA, BARRA DE SANTANA, JUCURUTU-RN

João Rodrigues da Silva Bisneto<sup>1</sup>

Maria Eugênia Dantas<sup>2</sup>

## Resumo

A chegada de um projeto de barragem é imbuída de conteúdos que se misturam em um contexto socioespacial peculiar: a retirada de uma população do seu lugar para o enchimento do reservatório a ser construído. Dentro desse cenário as noções de território, poder e experiência são balizadoras para as ações dessas pessoas em seu espaço. O objetivo do presente trabalho é discutir a construção da Barragem de Oiticica e a dinâmica das lutas implementadas pela comunidade de Barra de Santana. Nesse intento, as leituras de Bonnemaïson e Cambrezy (1996), Dardel (2015), Raffestin (1980), Relph (1976) entre outros autores, contribuíram para esclarecer os elementos que constroem uma Geografia dos territórios simbólicos. Como resultado da sua articulação, os moradores de Barra de Santana tornaram-se atores efetivos nas tomadas de decisões sobre a construção da barragem de Oiticica.

**Palavras-chave:** Barragem de Oiticica. Território. Atingidos por Barragens. Experiência.

## COMMUNITY STRATEGIES AROUND THE CONSTRUCTION OF THE OITICICA DAM, BARRA DE SANTANA, JUCURUTU-RN

## Abstract

The arrival of a dam project is imbued with contents that mix in a peculiar socio-spatial context: the removal of a population from its place to fill the reservoir to be built. Within this scenario, the notions of territory, power and experience guide the actions of these people in their space. The objective of this work is to discuss the construction of the Oiticica Dam and the dynamics of the struggles implemented by the community of Barra de Santana. In this attempt, the readings of Bonnemaïson and Cambrezy (1996), Dardel (2015), Raffestin (1980), Relph (1976) among other authors, contributed to clarify the elements that build a Geography of symbolic territories. As a result of their articulation, the residents of Barra de Santana became effective actors in decision-making on the construction of the Oiticica dam.

**Keywords:** Oiticica Dam. Territory. Affected by Dams. Experience.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGe-UFRN). Email: joao.r.s.bisneto@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DGE-UFRN). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGe-UFRN). Email: eugeniadantas@yahoo.com.br.

## ESTRATEGIAS COMUNITARIAS EN TORNO A LA CONSTRUCCIÓN DE LA REPRESA OITICICA, BARRA DE SANTANA, JUCURUTU-RN

### Resumen

La llegada de un proyecto de presa está imbuida de contenidos que se mezclan en un peculiar contexto socioespacial: el desalojo de una población de su lugar para llenar el embalse a construir. Dentro de este escenario, las nociones de territorio, poder y experiencia guían las acciones de estas personas en su espacio. El objetivo de este trabajo es discutir la construcción de la represa de Oiticica y la dinámica de las luchas implementadas por la comunidad de Barra de Santana. En ese intento, las lecturas de Bonnemaïson y Cambrezy (1996), Dardel (2015), Raffestin (1980), Relph (1976) entre otros autores, contribuyeron a esclarecer los elementos que construyen una Geografía de los territorios simbólicos. Como resultado de su articulación, los habitantes de Barra de Santana se convirtieron en actores efectivos en la toma de decisiones sobre la construcción de la represa de Oiticica.

**Palabras clave:** Represa Oiticica. Territorio. Afectados por Las Presas. Experiencia.

### INTRODUÇÃO

A construção de barragens<sup>3</sup> para acumulação de água voltada para diferentes usos (agricultura, produção de energia e abastecimento urbano-industrial) faz parte do processo de uso e transformação do espaço. Em muitos casos tais projetos avançam contra populações estabelecidas o que exige a realocação dessas. Estudos sobre esse assunto, no Brasil, ganharam relevância desde a década de 1980 sendo as pesquisas de Germani (1982), Sigaud (1986) e Vainer e Araújo (1990), referências importantes.

Muito embora já se tenha um volume considerável de trabalhos sobre a construção de barragens e suas repercussões no território, esse tema ainda se configura em um campo aberto para incorporar pesquisas referentes aos empreendimentos que estão em curso. Um desses é a Barragem de Oiticica localizada no município de Jucurutu, região Seridó do estado do Rio Grande do Norte.

Em decorrência do início da obra dessa barragem, em 2013, os moradores do distrito jucurutuense de Barra de Santana, e de outras comunidades próximas, foram inseridos no panorama nacional de atingidos pelas construções de barragens. O contexto vivenciado por eles é uma variação da geo-história das reorganizações sócio territoriais impostas por essas obras.

<sup>3</sup> As barragens são estruturas que podem ser construídas com diversas finalidades: “acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais” (BRASIL, 2010). O enfoque do presente trabalho são as barragens de acumulação de água que podem ter como objetivo a geração de energia hidrelétrica e/ou a regularização da vazão de um rio.

Tal fenômeno já causou o deslocamento de um milhão de pessoas e a inundação de uma área estimada em 34 mil km<sup>2</sup> em todo o Brasil (BENINCÁ, 2011).

À vista disso se faz necessário questionar: Como se deu o processo de construção da barragem de Oiticica? Quais são as suas repercussões espaciais? E Quais os trunfos que a população de Barra de Santana possui nesse cenário? Considerando tais questionamentos o presente estudo objetiva discutir a construção da barragem e a dinâmica das lutas implementadas pela comunidade diretamente afetada.

A metodologia engloba a discussão teórica sobre território, poder e experiência, a pesquisa documental com dados secundários e a pesquisa por narrativas. O território aqui é compreendido enquanto superfície de apropriação simbólica do espaço que corresponde a um tipo de poder e ampara a luta da comunidade (BONNEMAISON e CAMBREZY, 1996; MARTINS, 1993; RAFFESTIN, 1980; SERPA, 2019). A noção de experiência visa esclarecer o pertencimento dos moradores ao seu espaço de vida, no contexto de um lugar ameaçado pela construção da barragem (DARDEL, 2015; MARANDOLA JR., 2014; RELPH, 1976; TUAN, 1983).

A pesquisa documental contribuiu para o esclarecimento dos pormenores do projeto de Oiticica. Para sua realização foram utilizados: relatórios fiscais fornecidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), decretos e notícias publicados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH), notícias disponíveis no site do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), resolução da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o plano de recursos hídricos elaborado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBHPPA), vinculado à ANA.

Simultaneamente, a pesquisa por narrativas foi realizada por meio do acesso constante à página do Facebook intitulada “Barra de Santana – Jucurutu/RN” em suas postagens de texto, vídeo e fotos<sup>4</sup>. Foram selecionadas algumas postagens-chave, definidas pela sua contribuição com informações relevantes sobre a situação da população ao longo do processo de construção da barragem de Oiticica. Essas postagens são referentes a convocações para assembleias comunitárias, informes sobre as paralizações realizadas pelos moradores, progresso das reivindicações e o acompanhamento das etapas da obra.

---

<sup>4</sup> Essa iniciativa se fez necessária devido a imposição de distanciamento social pela pandemia de Covid-19, como também pelo fato de muitos eventos terem ocorrido antes de 2020, quando a pesquisa teve início.

Por meio da leitura dos documentos e das postagens foi possível estabelecer uma aproximação com a realidade da comunidade e com o próprio projeto da barragem. Oiticica propõe solucionar a necessidade de água dos moradores da região do Seridó potiguar (RIO GRANDE DO NORTE, 2022), porém, orbitam essa obra algumas perspectivas que fogem do escopo do abastecimento humano. A água que será represada possui uma carga simbólica na dimensão político-econômica que engaja discursos e representações de uma vida melhor, com modernidade e progresso.

Ao transpor o que já foi dito pelos órgãos governamentais, sobre a barragem, conectando-se com as narrativas daqueles que foram atingidos é revelado como essa tensão ganhou materialidade no cotidiano das pessoas. Tal exercício abre caminho para uma análise que respeita o sujeito e engaja a escrita. Por tudo isso, termos como luta, disputa, resistência e memória surgem como guias para direcionar as passagens textuais efetuadas neste artigo.

### **ELEMENTOS QUE BASEIAM A DISCUSSÃO**

As experiências individuais estabelecem os sentidos de apropriação e pertencimento que vinculam os sujeitos a sua terra. A chegada do projeto de barragem com seu conteúdo novo, moderno e progressista invade territórios (MARTINS, 1993) e promove, em primeiro plano, um abalo para os moradores, pois, lhes são tomadas “as bases concretas e próprias de seu ser” (DARDEL, 2015, p.41). Dentro dessa conjuntura é preciso enfatizar como podem ser operacionalizadas as noções de território, poder e experiência.

O território é entendido aqui enquanto superfície de apropriação simbólica do espaço que corresponde a um tipo de poder (RAFESTIN, 1980). Isso é possível pela manutenção do uso de um recorte espacial pelos moradores dentro da sua vivência, já que “o vivido também manifesta as relações de poder” (SERPA, 2019, p.62). A delimitação, inicialmente abstrata, se torna concreta na mesma medida em que ganha significado, posto que a “força da ligação territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas, também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996, p.10, tradução nossa)<sup>5</sup>.

A densidade dos vínculos estabelecidos com o terreno pode ser revelada pela noção de experiência, ou do “lugar enquanto essência da experiência e da existência, respectivamente”

<sup>5</sup> No original: “La puissance du lien territorial révèle que l’espace est investi de valeurs non seulement matérielles mais aussi éthiques, spirituelles, symboliques et affectives”.

(MARANDOLA JR., 2014, p.229). Melhor dizendo, a perspectiva do sujeito é referenciada sempre a um lugar, pois “nos é necessária uma base para assentar o Ser e realizar nossas possibilidades” (DARDEL, 2015, p.41), desse modo a experiência é sempre circunstancial (MARANDOLA JR., 2014) através das nossas relações no espaço e no tempo.

Por intermédio do trabalho em coletividade a superfície terrestre é dotada de sentido, pois, de acordo com seus atributos, são conferidos valores subjetivos a esse recorte espacial, “assim, os objetos e as características do mundo são experimentados em seu significado e desse não podem ser separados, pois, o significado é conferido pela própria consciência que temos dos objetos” (RELPH, 1976, p.42, tradução nossa)<sup>6</sup>. A atuação sustentada por essa relação experiencial da sociedade com a Terra e os seus objetos fornece o sentido de lugar (TUAN, 1983).

Através da criação de vínculos da sociedade com o seu lugar as relações de poder se tornam perceptíveis. Para Raffestin (1980, p.53) o poder “é um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam”. Uma primeira aproximação com o poder é a apropriação mesma do território, já que é mediante a relação experiencial do homem com o espaço e os seus objetos que a produção territorial é estabelecida.

Esse raciocínio fica mais claro quando o mesmo autor considera que “em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional” (RAFFESTIN, 1980, p.152-153). É essa vinculação sujeito-espaço a escala de poder mais primeva que garante as condições básicas para nossas atividades.

Uma segunda aproximação com o poder é a da relação entre os sujeitos. Já que é em grupo que ocorre a delimitação do espaço e essa diz respeito ao recorte da atuação coletiva (RAFFESTIN, 1980). O escopo de atuação demanda uma gama de objetivos delineados socialmente. A chegada do projeto da barragem instaura o encontro de objetivos distintos para utilização do mesmo recorte espacial (MARTINS, 1993). Nesse momento, é revelada a disputa entre grupos diferentes: os responsáveis pela obra e a comunidade atingida.

---

<sup>6</sup> No original: “Thus the objects and features of the world are experienced in their meaning and they cannot be separated from those meanings, for these are conferred by the very consciousness that we have of the objects”.

A posição de luta implementada pelos moradores atingidos é explicada pela sua relação com o território. A identificação, o enraizamento, a resistência e os embates, são elementos que estão imbuídos no conflito devido aos significados que a terra possui para essas pessoas. Haja visto que estabelecer “uma relação afetiva e de cumplicidade com determinada porção do espaço, tornando-a seu lugar, para além da própria casa, indica um comprometimento e uma ação, que estarão ancoradas na identidade e na participação social” (MARANDOLA JR.; MELLO, 2005, p. 8502).

O quadro que é desenhado em torno dos rios fornece para as comunidades a sensação de pertencimento. É neste lugar onde foi estabelecido o conjunto de significados materiais e simbólicos que definem para um grupo essa pertença. De acordo com Meireles (2018, p. 70) ao relatar as experiências dos pescadores de Canudos Velho é chegado ao entendimento de que as “águas guardam um certo peso sentimental, dispersam-se como um elo afetivo e visceral, conectando homem e terra ao seu lugar”. O rio e a terra, essa dualidade material e espiritual, são as bases essenciais para a reprodução dessas pessoas (ALVES; JUSTO, 2011).

O conjunto de relações inscrevem as ações dos sujeitos no corpo físico da Terra ao longo das gerações. Como em uma marcação dupla ao mesmo tempo em que essas comunidades deixam suas marcas em um lugar, tal lugar deixa, da mesma forma, marcas em cada um que lá habitou. O comprometimento com sua moradia é baseado na defesa dessa temporalidade guardada nos lugares, cujos vestígios estão “incorporados nas estruturas intencionais de toda a consciência e experiência humana” (RELPH, 1976, p.42).

Ou seja, a intimidação que chega com o projeto de construção da barragem fere a escala de poder mais primeva, que são as casas, a roça, a praça, a igreja, a escola, todos objetos construídos socialmente que forneceram a circunstância espaço-temporal onde foram estabelecidas as relações dessas pessoas. E isso é aterrorizador, haja visto que “‘perder a localização’, é se ver desprovido de seu ‘lugar’, rebaixado de sua posição ‘eminente’, de suas ‘relações’, se encontrar, sem direções, reduzido à impotência e à imobilidade.” (DARDEL, 2015, p.14).

Ter que deixar o seu espaço de vida, é revelador de perturbações (consigo e com os outros), inquietações, ansiedades, pois “é sua própria subjetividade que foi ferida” (DARDEL, 2015, p. 41), de tal forma que, mesmo com as medidas mitigadoras e compensatórias é impossível reestabelecer tudo que foi perdido. Essas pessoas passam a viver em uma lembrança contínua de “como a vida era melhor lá”.

Segundo Ulloa e Bellini (2009), o conflito que se estabelece entre as comunidades e os projetos, impõe uma nova dinâmica aos moradores atingidos. A transformação que se pretende tem como intuito a melhoria da vida dessas pessoas, ao projetar condições mais favoráveis para elas poderem trabalhar e assim, garantirem sua manutenção econômica. Entretanto,

quando ocorre uma intervenção do Estado numa realidade social visando a transformação da sua base produtiva constata-se que o processo de transformação do sistema tradicional de produção no sistema moderno não se dá sob efeitos de acomodação ou de absorção, mas, ao contrário, pelo desenvolvimento de um processo de exclusão e de eliminação (ULLOA; BELLINI, 2009, p.375).

Para ampliar esses traumas, além das dificuldades encontradas para as indenizações também são efetuadas ofertas infundadas pelas quais “muitos trabalhadores foram retirados de suas terras [...], porém a realidade vivenciada na atualidade por essas comunidades difere do esperado” (CRUZ *et al.*, 2020, p.10). A utilização desse dispositivo funciona como uma estratégia que é repetida em vários casos de reassentamento,

As promessas de um futuro melhor são o pano de fundo otimista-desenvolvimentista, em que ocorre um processo subjacente que se pode identificar com regularidade no decurso do projeto. Este processo de violência administrada, configura-se num uso particular do poder de organizações burocráticas, encarregadas de executar programas de desenvolvimento, de criar expectativas para as populações atingidas para, logo em seguida, na execução do programa, frustrá-las (SCOTT, 2009, p.94).

Fica claro, desse modo, que no palco estruturado pela construção da barragem a elaboração, difusão e cooptação de discursos tem papel privilegiado. Sabendo que a linguagem também se apresenta enquanto instrumento do poder (RAFFESTIN, 1980) os projetos de barragens possuem certa primazia nesse aspecto, uma vez que tais obras são propagandeadas como necessárias para o desenvolvimento do país (GERMANI, 1982; SCOTT, 2009; SIGAUD, 1986) e são financiadas, em sua grande parte, pelo poder público.

Em vista disso, “o discurso oficial apresenta os movimentos de resistência como adversários do progresso e da modernização da sociedade brasileira” (VAINER; ARAÚJO, 1990, p.23) e essa operação possui repercussões na garantia dos direitos das populações atingidas. Ocorre a diminuição da relevância dos pleitos das comunidades (GERMANI, 1982) e é realizado um jogo de propostas individuais para a sua incorporação ao projeto como beneficiários, cerceando a luta coletiva (VAINER; ARAÚJO, 1990).

Nesse momento a concepção de língua em Raffestin (1980) será ampliada, todavia sem perder a sua essência. O autor considera a língua enquanto um dos recursos para o poder, nessa

acepção ele está se referindo ao idioma, o seu uso, controle e disseminação em um território. Para ele, a hegemonia de um sistema linguístico é reveladora da capacidade do domínio de um grupo sobre outro. “A linguagem, como sistema sêmico, não é o lugar do poder mas, ao contrário, manifesta um poder. É o meio de encenar o espetáculo do poder.” (RAFFESTIN, 1980, p.100).

Da mesma maneira, a predominância do discurso que favorece um grupo na investida da tomada de um lugar pode ser percebida como um desses instrumentos do poder. Quando há a proeminência de uma ideia sobre as demais a sua capacidade de encontrar apoio e influência em certos setores é igualmente superior. Por isso é possível afirmar que “a linguagem é um instrumento de poder da mesma forma que qualquer outro; não que possa ser o objeto de uma apropriação privada, mas pode ser manipulada, com mais ou menos eficácia” (RAFFESTIN, 1980, p.107).

Nas diferentes realidades de comunidades atingidas, pela construção de barragens, surgem discursos mais ou menos ajustados aos seus contextos socioespaciais. A ideia de circunstancialidade (MARANDOLA JR., 2014) volta à tona, dado que de acordo com o espaço e o tempo, essas falas são imbuídas de imaginários que fazem sentido para aquelas pessoas. São aproveitadas as temáticas locais que possuem rebatimento na história de vida e na identidade dos sujeitos, a fim de se obter respaldo.

As ideias de combate à seca, como um exemplo, fundamentaram (e ainda fundamentam)<sup>7</sup> a disseminação de grandes empreendimentos para acúmulo de água e regularização da vazão dos rios no Nordeste brasileiro. Devido ao clima semiárido e os rios de regime intermitente predominarem na sua paisagem essa região serviu de palco para intervenções cirúrgicas (SEVÁ, 2008) objetivando a dominação e controle da natureza por intermédio da técnica no início do século XX (PINHEIRO, 2018).

O acionamento das passagens ressecadas sobre a região, como sua característica mais marcante, cimentou os “discursos da seca” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.138). No âmbito político, artístico e jornalístico “a imagem do Nordeste passa a ser pensada sempre a partir da seca e do deserto” (ibid.). Nessa direção, as obras hídricas tinham uma atribuição de reverter esse quadro, “a represa de Oiticica cumpriria, dessa maneira, um papel da maior importância

---

<sup>7</sup> Mesmo atualmente o paradigma da convivência com o semiárido marcar as conferências e estudos sobre a disponibilidade hídrica na região, os mecanismos utilizados em obras como a barragem de Oiticica e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) reverberam as marcas deixadas pelas ideias do combate a secas.

no combate à seca no Vale do Açu, porque poderia lançar a região numa nova fase de sua história, marcada pela permanente oferta de água por um rio que não seca” (PINHEIRO, 2018, p.129).

Ressalta-se que nesse contexto as mobilizações das populações atingidas iam de encontro ao que se afirmava ser a “salvação”. Isto significa que além de serem vistos como “contra o desenvolvimento da nação”, os atingidos também eram julgados como “contrários a chegada da água”. Na perspectiva dos moradores eles pleiteavam por justiça no processo de reassentamento, com a garantia das devidas indenizações, moradia e área para plantio. Contudo, durante as décadas de 1970-1980, esses direitos eram arbitrários, oferecidos como favores e em alguns casos foram obscurecidos (SIGAUD, 1988).

Na perspectiva dos responsáveis pelos projetos, as promessas inconsistentes, a propaganda do desenvolvimento, a garantia do fim das agruras da seca e o desprezo aos movimentos dos atingidos formataram o estratagema discursivo com o qual se seguiram as construções. O controle da narrativa apresentava as barragens como figuras incontestáveis da modernidade, mesmo com as incongruências atestadas e a superficialidade do aspecto social nos planos (SIGAUD, 1986, 1988). O poder linguístico, dentro dessa conjuntura, fomentou a produção de táticas

de controle e de gestão de uma organização central sobre as coletividades periféricas. A partir daí é possível visualizar a criação de transmissores centrais de informação e controlar a informação que circula. Tudo saber, tudo ver, eis aí o objetivo de qualquer organização. [...] Existe uma relação de tensão constante entre a organização central que distribui mensagens ‘oficiais’ e as organizações periféricas, que tentam emitir mensagens específicas (RAFFESTIN, 1980, p.110).

Captando as ideias de Raffestin (1980), a organização central seria formada pelos grupos interessados na construção das barragens: entes governamentais, empresas do setor (energético ou de abastecimento) e construtoras. São eles que redigem a versão oficial da história, na qual são apresentados apenas os benefícios das obras. Enquanto as coletividades periféricas seriam compostas pelos atingidos e as entidades de luta: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre outros. Suas mensagens de luta registram a situação das comunidades e reivindicam melhorias no processo de reassentamento (GERMANI, 1982).

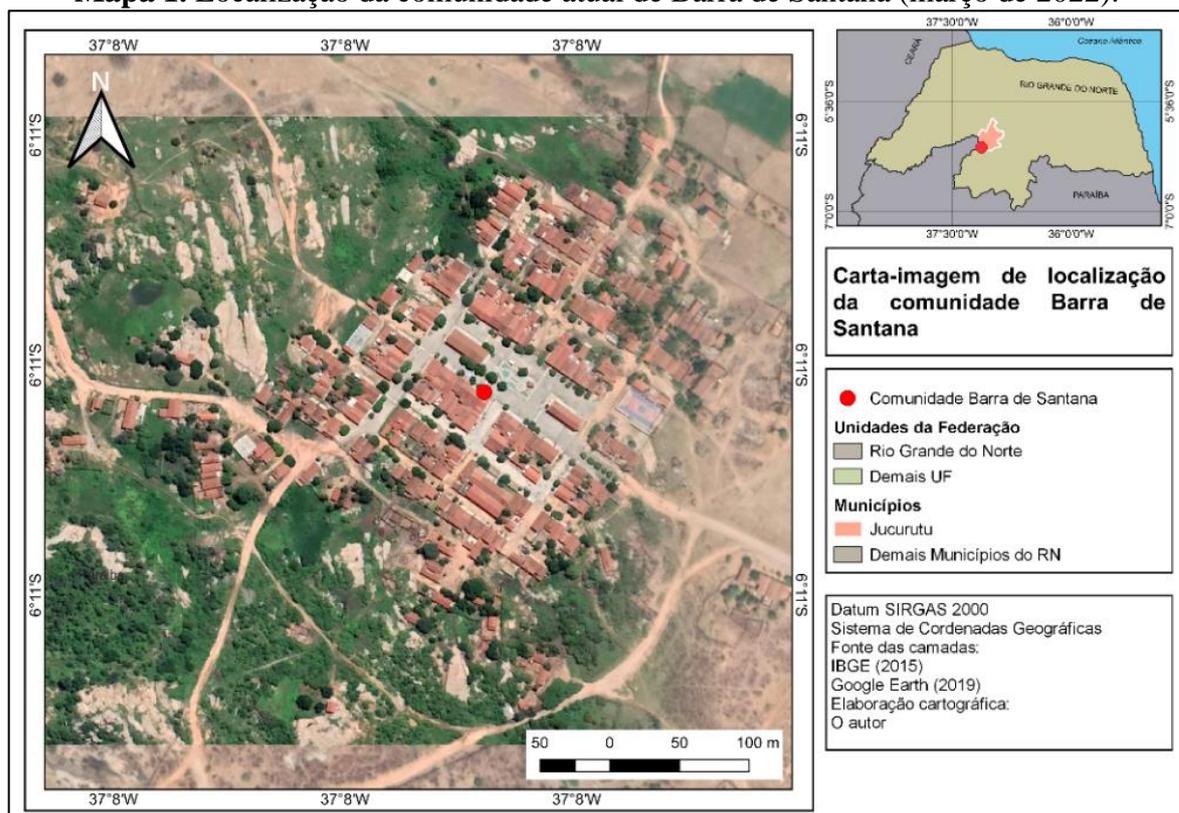
O território enquanto materialidade e símbolo (BONNEMAISON; CRAMBEZY, 1996) sustenta a resistência dessas populações. No caso de Barra de Santana podem ser destacados

alguns pontos que escapam da estratégia de controle imposta pelos responsáveis pela construção da Barragem de Oiticica. Para detalhar como chegou-se a essa conclusão parte-se para o tópico seguinte com a utilização e intermediação dos resultados da pesquisa documental e narrativa.

## ESTRATÉGIAS DE REIVINDICAÇÃO DOS MORADORES

Barra de Santana é uma comunidade do interior do Rio Grande do Norte, distrito do município de Jucurutu. O mapa 1 apresenta seu traçado urbanístico e a sua localização no estado. Ela se constitui de um espaço imiscuído de elementos urbanos e elementos rurais, que, combinados formatam o ambiente vivido. Todos os objetos que foram construídos próximos ao rio Piranhas, ao longo das gerações, formaram o conjunto de experiências de um povo em sua terra.

**Mapa 1.** Localização da comunidade atual de Barra de Santana (março de 2022).



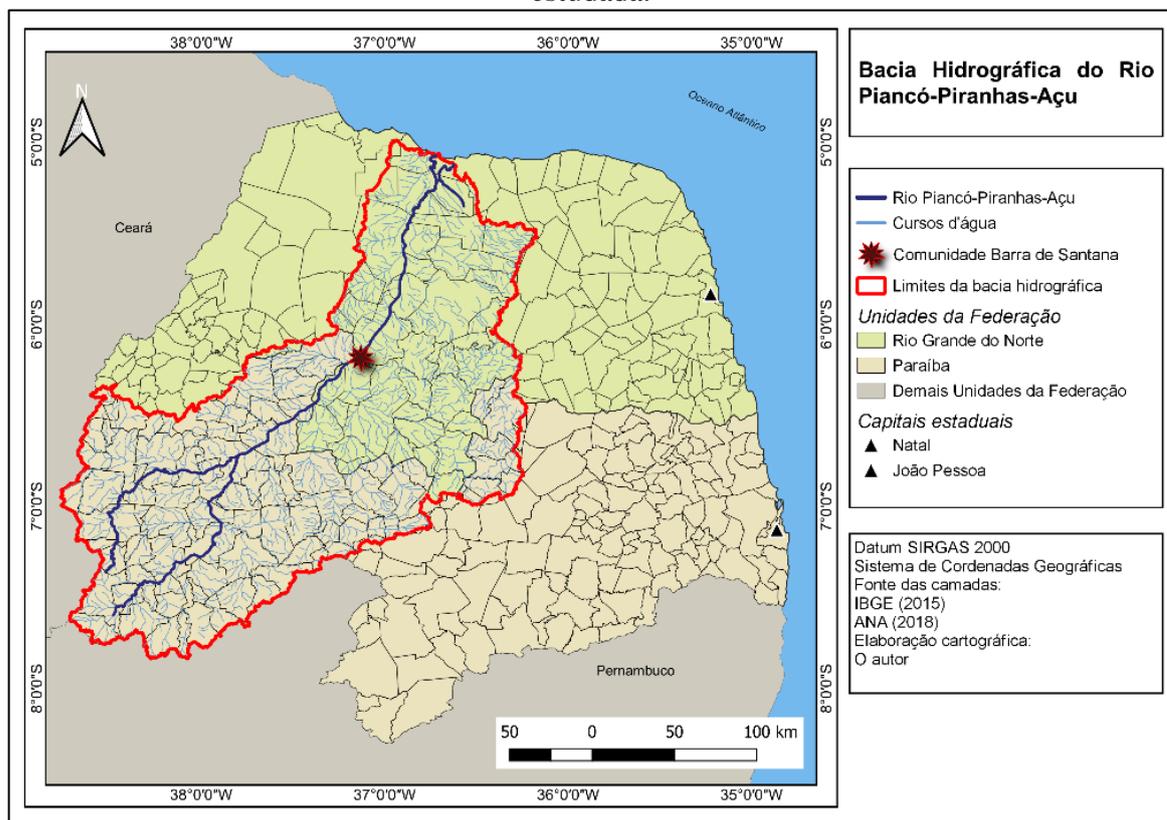
Fonte: Elaboração própria.

Boa parte dos moradores atuam na produção familiar de gêneros alimentícios, com o complemento da pesca, criação de gado leiteiro, criação de ovinos, caprinos e aves. Essa produção tanto se realiza para consumo próprio ao longo do ano, como para a venda do excedente entre os moradores. Na comunidade também existem “quarenta e sete comerciantes

[...] a maioria na informalidade, incluindo duas pequenas indústrias” (ARAÚJO, 2018, p. 18). Silva e Santos (2017) esclarecem que moram 225 famílias em Barra de Santana e em torno de 3900 habitantes ao longo da área a ser alagada.

O rio Piranhas provê com fartura os peixes e a fertilidade dos solos aluvionares. Sua nascente se localiza no município de Bonito de Santa-Fé, na Paraíba. Ao longo do seu curso conflui com o Rio Piancó e recebe a denominação de Piranhas até chegar na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, já no Rio Grande do Norte. Após passar pela referida barragem, localizada entre os municípios de Açu e Itajá, o rio passa a ser chamado de Açu e continua assim até desaguar no município de Macau (ANA, 2016). Barra de Santana localiza-se no médio curso do rio como visto no Mapa 2.

**Mapa 2.** Bacia hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu com a localização da comunidade estudada.



Fonte: Elaboração própria.

O ciclo econômico da comunidade é baseado na dualidade do cultivo de sequeiro durante o período de chuvas e o cultivo na vazante do rio ao longo da estiagem. Entretanto, devido ao clima semiárido, a garantia da economia dessa população se baseava na esperança de um bom período chuvoso. Mesmo com a água existente no curso do rio durante períodos de

seca (PINHEIRO, 2018) a escassez se traduzia na produção menor em contraste com a fartura existente em anos com precipitações mais substanciais.

Com a formação do lago da barragem de Oiticica objetiva-se garantir melhores condições de produção e a dinamização do quadro econômico regional. A chegada das águas do Projeto de Transposição do Rio São Francisco soma-se a barragem na consolidação da segurança hídrica para a população do Seridó potiguar (RIO GRANDE DO NORTE, 2022). Esse reservatório irá permitir a irrigação de 10.000 hectares, a instalação de empresas de piscicultura e fomentar o turismo na região (BRASIL, 2011).

Apesar dos benefícios apresentados serem importantes, reconhecendo o episódio de seca mais recente 2012-2017, inicialmente a população de Barra de Santana não despontava como beneficiária. Inseridos na área a ser alagada, os moradores foram excluídos dos processos decisórios que antecederam o início da construção, assim, o projeto quando chegou já estava pronto para ser implementado desconsiderando a realidade local.

O complexo da barragem de Oiticica encontra-se, até o presente momento (março/2022), com 93% de suas obras concluídas. Dentro do projeto geral da construção existem as obras físicas e as obras sociais. As obras físicas referem-se ao arranjo de estruturas necessárias para o barramento e o controle de vazão do rio Piranhas, são elas: a barragem principal, duas barragens auxiliares, instalações hidromecânicas e a instalação de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) (BRASIL, 2011).

As obras sociais são aquelas estruturas necessárias para o reassentamento da população que está inserida na área de alague. Nesse conjunto estão inseridas: a construção do novo cemitério da comunidade, moradias para o reassentamento da população urbana na nova Barra de Santana, agrovilas para o reassentamento da população rural, estradas de contorno e acesso para as comunidades, réplica da igreja, instalações elétricas e as redes de abastecimento de água e coleta de esgoto.

O aporte financeiro das obras é de responsabilidade majoritária da união através do Ministério do Desenvolvimento Regional (antigo Ministério da Integração Nacional) por meio do DNOCS. Já o governo do estado do Rio Grande do Norte é responsável pela execução e fiscalização do projeto através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). Quando concluído, o reservatório Oiticica terá capacidade para armazenar 556,23 milhões de m<sup>3</sup> em sua cota máxima (DNOCS, 2018). A altura máxima da barragem principal será de 45 m e sua área alagada compreenderá mais de 6.000 hectares perpassando os municípios potiguares de Jardim de Piranhas, Jucurutu e São Fernando.

O primeiro projeto que se tem documentado da barragem foi iniciado em 1952 (PINHEIRO, 2018) como resposta a uma forte seca que atingiu o estado (SILVA, 2012). Com a retomada das chuvas as obras foram paralisadas e ficaram assim até 1990 quando tentou-se recomeçar as obras, porém, com a constatação de sobrepreço pelo Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2002) a obra foi paralisada com apenas 3% do projeto efetivado.

Em 2005 saiu o decreto estadual nº 18.062 de 13 de janeiro de 2005 (RIO GRANDE DO NORTE, 2005) delimitando uma área no município de Jucurutu para fins de desapropriação. O artigo segundo desse instrumento define que “a área a que se refere o artigo anterior destina-se a implantação das estruturas de barramento da Barragem Oiticica, a ser implantada pelo Governo Estadual e Governo Federal” (RIO GRANDE DO NORTE, 2005).

Apesar dessa iniciativa, o contrato com a empresa responsável pela construção é celebrado em 2010 e a obra iniciou concretamente em 2013 após a sua inclusão dentro da segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), com a ordem de serviço assinada pela então presidente Dilma Rousseff (DNOCS, 2013). Em agosto de 2013 ocorre a chegada das primeiras máquinas e o início das explosões, confirmando o início das obras (SILVA; SANTOS, 2017).

A chegada do progresso e da garantia de dias melhores ocorreu de forma turbulenta. Todos esses eventos assustaram a população da comunidade Barra de Santana e os moradores do entorno das obras (SILVA; SANTOS, 2017). A partir de então o cotidiano dessas pessoas foi reinventado para dar conta da nova realidade. Com a remodelação física da paisagem e do curso do rio, ocorre de modo concomitante as modificações das experiências desses habitantes com o seu recorte espacial.

O projeto de barragem desencadeou o movimento comunitário, inicialmente, em buscas de informações pois os técnicos não esclareceram os detalhes do projeto. Assim, a população organizada estabelece o Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Oiticica (MOAB) em 2013 e solicitam reuniões com os responsáveis pela obra. Apesar da união dos moradores, não houve uma resposta satisfatória por parte do governo.

Suas lutas implicaram na paralização do canteiro de obras por duas vezes em 2014, em virtude da insatisfação dos moradores com o tratamento dado as obras sociais e pela falta de esclarecimentos do governo com relação ao pagamento das indenizações. Através das exigências dos atingidos, a então governadora, Rosalba Ciarlini, realizou visita em maio do mesmo ano ao Barracão da Resistência, palco das manifestações da comunidade.

Estando lá, a governadora renovou as promessas de atender aos pleitos da comunidade através da assinatura de um Termo de Compromisso. Todavia, o conteúdo do documento foi desconsiderado pelo governo, conseqüentemente, ainda “insatisfeito com o discurso do governo o movimento de luta e resistência dos moradores se intensifica e ganha maior adesão” (SILVA; SANTOS, 2017, p.23).

A segunda paralisação durou 70 dias e ao final do ano de 2014 os moradores realizaram uma nova reunião (SILVA, 2014). Constatada a desigualdade na condução das obras físicas e das obras sociais, a população realizou mais uma ocupação e as obras iniciaram o ano de 2015 paralisadas. Essa paralisação encerrou no dia 27 de fevereiro. A reivindicação era pelo cumprimento do Termo de Compromisso que tinha sido firmado em 2014 e foi sistematicamente negligenciado.

Dentro desse acordo, o governo do estado se comprometia, de forma geral, a dar celeridade na obra social no local escolhido pela população, a entregar o novo cemitério para a população e a criação das agrovilas para atender aos moradores da zona rural. Entretanto, até esse momento ainda não tinha sido apresentado o projeto do reassentamento comunitário. Na época, o então governador Robinson Faria, reafirmou o compromisso com a comunidade, porém, essa foi mais uma promessa que não vingou.

Uma nova ocupação ocorreu em abril de 2016, com a paralisação das obras na busca para garantir o que foi firmado no Termo de Compromisso de 2014. Após a realização de duas audiências de conciliações, em maio de 2016 foi assinado um novo acordo entre o governo e os moradores, judicializado no Ministério Público em Caicó, na defesa dos interesses dos atingidos. Ficou definido, que:

O Estado do Rio Grande do Norte compromete-se a somente realizar o fechamento do maciço central da Barragem da Oiticica no trecho da calha principal do Rio Piranhas, três meses após a conclusão de todas as ações sociais (indenizações rurais e urbanas, Nova Barra de Santana e Cemitério, agrovilas e programa habitacional para inquilinos), e as famílias em pleno uso e gozo de seus direitos (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE OITICICA, 2016, *apud* MOREIRA, 2017).

Ao longo desses eventos as estratégias utilizadas pela população foram as mais variadas de acordo com as respostas vindas do governo. Os atos de paralisação no Barracão da Resistência e as publicações na página do Facebook intitulada “Barra de Santana – Jucurutu/RN” ganham destaque. Essa utilização de mídias alternativas, no caso as redes sociais,

conseguiu proporcionar a exposição da população no seu cotidiano em meio ao processo de construção da barragem de Oiticica.

O governo tentou invisibilizar o movimento dos atingidos colocando a obra em um lugar privilegiado, enquanto nos seus discursos a população não possuiu o mesmo destaque. Ao conseguirem reverberar suas vozes através dos meios digitais e apresentarem o que estava acontecendo com eles, a população conseguiu apoio de pessoas de outros municípios e da mídia tradicional via rádio, televisão e jornal impresso.

Em 2016 uma moradora da comunidade utilizou o espaço da página do Facebook para expressar a sua compreensão do que ela e todos ali vivenciaram. A conclusão da sua postagem indica a necessidade do apoio da população que também será beneficiada pelo reservatório, “por isso peço a vocês da região do Seridó que analisem a nossa situação e vejam que não estamos contra a Construção da Barragem de Oiticica, e sim contra a falta de humanidade e injustiças que estão fazendo conosco” (MEDEIROS, 2016).

O controle da linguagem pode ser considerado um dos trunfos da comunidade de Barra de Santana perante o conflito com o projeto de construção da barragem de Oiticica. Porque através da disseminação dos conteúdos produzidos pela comunidade, em suas fotos, vídeos e textos, os moradores conseguiram apoio de movimentos sociais e de pessoas de outros municípios.

Outra face da linguagem que também deve ser considerada é o nível de organização social implementado pelos atingidos em Barra de Santana. Essa coesão que ocorreu entre os moradores esclarece os objetivos traçados coletivamente que dão materialidade ao controle do território e, portanto, suas reivindicações para o reassentamento. De modo que através das paralizações e manifestações o movimento conseguiu a garantia preliminar dos seus pleitos.

Vale salientar que, por exemplo, nos eventos estudados por Germani (1982), Pinheiro (2018) e Sigaud (1986) ficam explícitos os artifícios utilizados pelos agentes do estado brasileiro em encobrir os efeitos negativos das obras das barragens de Itaipu, Armando Ribeiro e Sobradinho, respectivamente. Nesses casos foram difundidos apenas os discursos de progresso e da necessidade dessas obras para o desenvolvimento nacional.

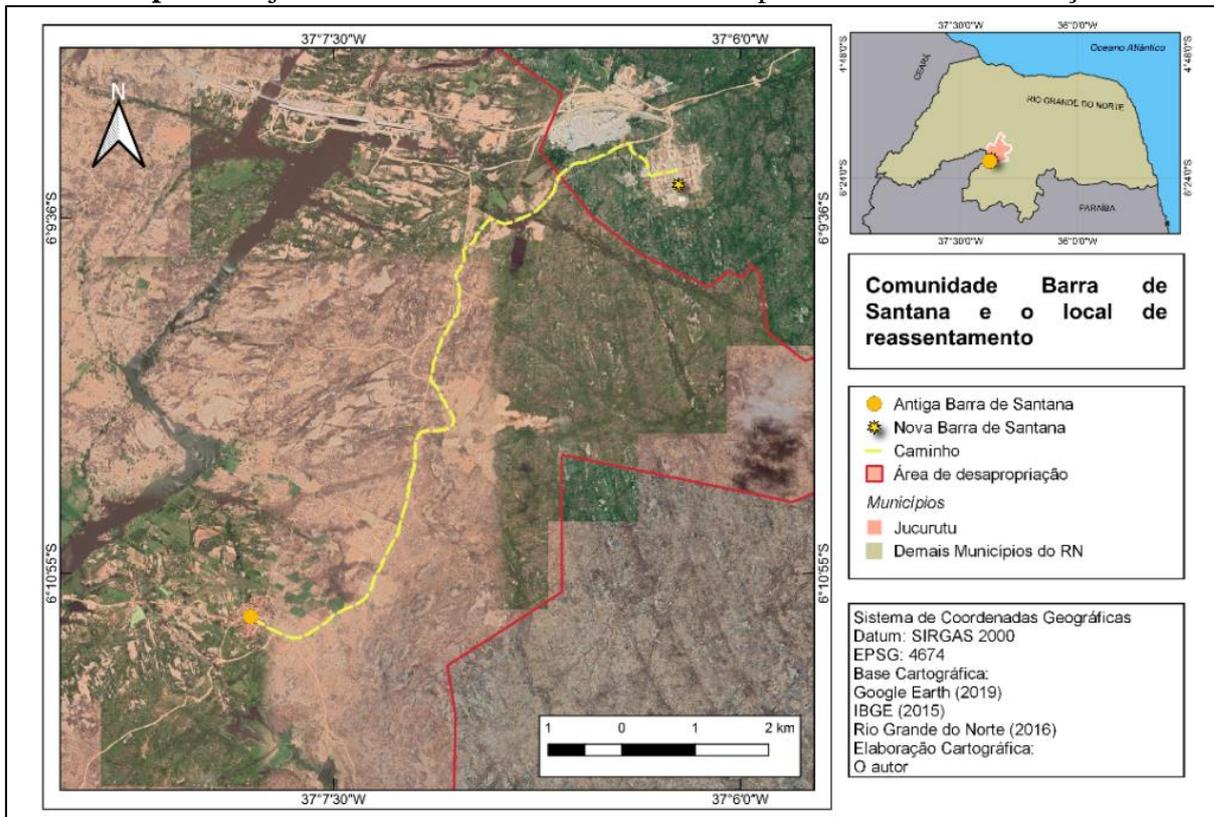
Também se registram eventos nos quais a mudança da população para o novo Lugar é realizada ao mesmo tempo em que ocorre o enchimento do reservatório, ou seja, quando a construção da barragem é priorizada em detrimento do reassentamento populacional. Lima (2008) apresenta a realidade dos moradores da comunidade rural Alagamar no Ceará que

precisaram sair das suas casas quando o nível da água na barragem Castanhão já estava subindo em direção as suas propriedades. Nesses casos de um reassentamento “às pressas”, a população sofre ainda mais com a perda de tudo pela enchente. As experiências, consubstanciadas nas relações entre os sujeitos e entre eles e o seu espaço de vida, são desmanchadas pelos traumas ocorridos ao longo do projeto.

A Nova Barra de Santana, local construído para o reassentamento da população, já foi entregue. Ela conta com 177 casas, rede de abastecimento de água e coleta de esgoto, equipamentos de drenagem de águas pluviais, vias pavimentadas, “escola, creche posto de saúde, associação de moradores, centro de comércio, quadra poliesportiva, cemitério, igreja e praça da igreja” (SILVA, 2022). O mapa 3 apresenta a distância espacial entre a antiga e a nova comunidade. Ao sobrepor a projeção do lago da barragem, é constatado que a antiga comunidade será totalmente submersa.

E esse dado pode abrir luz para outras reflexões, tradicionalmente a ocupação humana se deu próximas aos corpos hídricos, devido as condições materiais encontradas nesses ambientes. É nesses locais que se instalam grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais povos tradicionais. Ou seja, todas essas comunidades, são, potenciais futuros atingidos por construção de barragens. Se faz contundente questionar o modelo de desenvolvimento vigente que destrutura modos de vida para que seus projetos sejam viabilizados (BENINCÁ, 2011; MARTINS, 1993).

**Mapa 3.** Trajeto da comunidade Barra de Santana para a sua nova localização.



Fonte: Elaboração própria.

Diante de tudo isso, o que aconteceu em Barra de Santana não pode ser apenas uma exceção. Todas as comunidades a serem atingidas pela construção de uma barragem necessitam ter seus territórios e meios produtivos respeitados. Caso contrário, o uso do estratagema discursivo continuará implementando prejuízos na realidade dos moradores atingidos por barragens, já que eles não aparecem como beneficiários diretos nessas obras e não são priorizados nos processos de tomada de decisão, a não ser com muita luta, disputa e resistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos sobre comunidades reassentadas pela construção de barragens no Brasil são numerosos e cada um possui uma ênfase específica. O diferencial nesse estudo, foi trazer luz para os aspectos socioespaciais que podem ajudar a compreender os elementos que fornecem as particularidades desses processos. As noções de território, poder e experiência apresentaram as relações que unem os homens a sua terra. Parece que são as densidades dessa vinculação que predispõe o comprometimento das populações atingidas em sua luta.

Como visto, as estratégias de poder são montadas pelos dois lados, as organizações centrais, responsáveis pela obra, e os movimentos periféricos que congregam os atingidos. O estratagema discursivo elaborado pelas promessas inconsistentes, a propaganda do desenvolvimento, a garantia do fim das agruras da seca e o desprezo aos movimentos dos atingidos é repetido nos diversos eventos de construção de barragens. Tal dispositivo cria a falsa sensação de que haverá mudanças para melhor naquela localidade, o que coopta o apoio popular para benefícios dos empreendimentos, enquanto as manifestações dos atingidos são apontadas como contrárias ao progresso que está para chegar.

Os povos atingidos não lutam contra a obra em si, no entanto a chegada do projeto de barragem causa um abalo, no primeiro momento, devido à necessidade que lhes foi imposta, ter que deixar o seu lugar e tudo o que ele representa. Em seguida é percebido que nem sempre existe a organização de um plano de reassentamento para a comunidade, além dos valores reduzidos para a indenização e a demora para o seu pagamento. Então, as lutas são travadas para reivindicar os seus direitos.

Barra de Santana, ao longo da sua luta por reconhecimento e justiça, guarda semelhanças com outras comunidades já afetadas pela construção de barragens. Especialmente engajados os atingidos pela barragem de Oiticica teceram uma ordem de reivindicação que tomou as redes sociais. Através dessas plataformas, eles conseguiram reaver o controle sobre a linguagem. Poder compartilhar na internet, através da página do Facebook “Barra de Santana – Jucurutu/RN” os eventos que aconteceram ao longo desses oito anos de construção contribuíram para o reconhecimento do movimento comunitário.

Soma-se ao uso das redes o nível de organização social para a mobilização da comunidade em torno das lutas. Entre os anos de 2014 e 2016 foram implementadas paralizações do canteiro de obras pelos moradores em busca do reconhecimento da sua conexão simbólico-material com aquele recorte espacial e da defesa de todos os direitos que lhes são garantidos. Nesse ponto a comunidade obteve notáveis conquistas como a garantia da conclusão da barragem principal após o reassentamento de todos os moradores que vivem na área de alague.

Isso quer dizer que as cenas de um processo atropelado como aconteceu na construção das barragens de Castanhão – CE (LIMA, 2008); Armando Ribeiro – RN (PINHEIRO, 2018); Itaparica – PE (SCOTT, 2009) e Sobradinho – BA (SIGAUD, 1986), não serão repetidas na Barragem de Oiticica – RN. Todavia, o projeto não se encontra em conclusão até o presente momento (julho de 2022) por isso a população de Barra de Santana continua vigilante em todos

os passos dos responsáveis pela construção da barragem. Já foram entregues as novas casas para os moradores da zona urbana, mas, ainda existem agrovilas para os moradores da zona rural no início da sua construção.

Portanto, esse ainda é um processo em aberto. As águas que já correm no presente permitem um olhar otimista para as águas que ainda estão no porvir. O desfecho desse evento ainda é incerto, o que se pode considerar, no presente momento, são as conquistas materiais e simbólicas de um povo que teceu, coletivamente, seus objetivos em um momento tão delicado de sua geo-história. Futuras pesquisas e estudos poderão contribuir no aprofundamento desse evento, passados alguns anos de sua conclusão.

### AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio de auxílio financeiro provido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), instituição que merece todo respeito da sociedade brasileira.

### REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Resolução Nº 111, de 10 de março de 2006.**

Disponível em: <https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2006/111-2006.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu.**

Brasília: ANA, 2016. Disponível em:

<[http://piranhasacu.ana.gov.br/produtos/PRH\\_PiancoPiranhasAcu\\_ResumoExecutivo\\_30062016.pdf](http://piranhasacu.ana.gov.br/produtos/PRH_PiancoPiranhasAcu_ResumoExecutivo_30062016.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Andréia Duarte; JUSTO, José Sterza. Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 23, n. 1, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326567016>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ARAÚJO, Paulo Sérgio Oliveira de. **Direitos reais e a realidade do direito na Barragem de Oiticica:** eficácia jurídica e social da desapropriação na comunidade de Barra de Santana, em Jucurutu-RN. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania:** a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Levantamento de Auditoria do processo 5181/2002-3**. Brasília: Secretaria Geral de Controle Externo, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 set. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112334.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112334.htm)>. Acesso em: 26 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Fiscalização - Sintético: TC nº 002.575/2011-6 Fiscalização nº 71/2011**. Brasília: Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2011. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/fiscobras/2011\\_sintetico/sintetico/sintetico\\_2011\\_71.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/fiscobras/2011_sintetico/sintetico/sintetico_2011_71.pdf)>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

BONNEMAISON, Joël; CAMBREZY, Luc. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographie et Cultures**, Paris, n. 20, p. 7-18, 1996.

CRUZ, Francieli Katiuça Teixeira da; et al. “Isso é tirar a vida das pessoas”: barragem e violação de direitos. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-16, abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32189039>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Presidente Dilma dará segunda-feira a ordem de serviço para construção da barragem Oiticica**. Brasília, 31 mai. 2013. Disponível em: <<https://antigo.dnocs.gov.br/gab-cs/noticias/2588-noticia-site-antigo-2969>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Apresentação do empreendimento Oiticica**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/portal/wp-content/uploads/2020/01/DNOCS-Barragem-Oiticica.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA, 1982.

LIMA, Roberto. Mundar o sertão: ou quando o Jaguaribe virou açude no Ceará. **Avá: Revista de Antropologia, Misiones**. v. 1, n. 13. jul. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169013837003>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARANDOLA JR., Eduardo; MELLO, Leonardo Freire. “Lugar” e “espaço de vida”: novos enfoques para o planejamento e a participação? In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005, p. 8502-8522.

MARANDOLA JÚNIOR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLÍVEIRA, Lívia de (orgs.). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MEDEIROS, Maria do Rosário Pereira. **Reflexão**. Brasil, 19 abr. 2016. Facebook: Barra de Santana – Jucurutu/RN. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BarraDeSantanaJucurutu/photos/a.425997874115671/1017747491607370>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MEIRELLES, Mariana Martins de. **Habitar o Sertão**: ruralidades contemporâneas e fenômenos educativos em Canudos Velho. 2018. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

MOREIRA, Juliana Fernandes. **Direito ao acesso à água**: conflitos socioambientais na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu. 2017. 261 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O vale das miragens**: grandes projetos hídricos e a redenção do Baixo Açu (1910-1983). 2018. 245f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. Londres: Sage, 1976.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto Nº 18.062, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 14 jan. 2005. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000060257.PDF>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 26.202, de 07 de julho de 2016. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 08 jul. 2016. Disponível em: <[http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20160708&id\\_doc=542245](http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20160708&id_doc=542245)>. Acesso em: 30 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação do Rio Grande do Norte. **Governadora assina ordem de serviço para obras na Barragem Oiticica**. Natal, 2022. Disponível em: <[http://semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=278258&ACT=&PAGE=&P\\_ARM=&LBL=Materia](http://semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=278258&ACT=&PAGE=&P_ARM=&LBL=Materia)>. Acesso em 12 jan. 2022.

SCOTT, Perry. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SEVÁ, Francisco O. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 44-50, 2008. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252008000300014&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, 1986.

\_\_\_\_\_. Implicações sociais da política do setor elétrico. In SANTOS, Leinad Ayer; ANDRADE, Lucia M. M. (orgs.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SILVA, Adriano Wagner. **Engenharia nos sertões nordestinos**: o Gargalheiras, a Barragem Marechal Dutra e a comunidade de Acari, 1909-1958. 2012. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SILVA, Edilson. **Blog do Edilson Silva**, Jucurutu, 31 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.edilsonsilva.com/movimento-dos-atingidos-pela-construcao-da-barragem-de-oiticicas-emitem-nota-a-populacao/>>. Acesso: 15 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Blog do Edilson Silva**, Jucurutu, 14 fev. 2022. Disponível em: <<http://www.edilsonsilva.com/com-93-do-complexo-oiticica-concluido-governo-do-rn-esclarece-sobre-obras-fisicas-e-sociais/>>. Acesso: 15 mar. 2022.

SILVA, Maria Célia da; SANTOS, Jovelina Silva. Água e conflito: o movimento do(a)s atingido(a)s e a barragem Oiticica em Jucurutu/RN (2012/2014). **Revista GeoInterações**. Assú. v. 1, n. 2, jul.- dez., 2017, p. 3-29. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geointeracoes/article/view/2324/1422>>. Acesso: 21 ago. 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1983.

ULLOA, Víctor; BELLINI, Luzia Marta. A usina de Yacyretá: insustentabilidade e exclusão social no rio Paraná (Corrientes, Argentina). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia v. 21, n. 3, dez., 2009, p. 373-391. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327196012>. Acesso em: 23 jul. 2020.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico G. Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico; estratégias das populações atingidas. **Travessia**: revista do migrante, São Paulo, ano 2, n. 6, 1990.

*Recebido em 01 de agosto de 2022.*

*Aceito em 17 de fevereiro de 2023.*

*Publicado em 20 de abril de 2023.*